



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

19/07/2012

INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. SEM ASSUNTO.....	1
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. DECISÕES.....	2
3. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
3.1. EVENTOS.....	3
3.2. SEM ASSUNTO.....	4 - 6
4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
4.1. DECISÕES.....	7
4.2. SEM ASSUNTO.....	8
5. JORNAL O DEBATE	
5.1. SERVIDORES.....	9
6. JORNAL O IMPARCIAL	
6.1. PRESIDÊNCIA.....	10 - 11
7. JORNAL O QUARTO PODER	
7.1. DECISÕES.....	12
8. JORNAL PEQUENO	
8.1. DECISÕES.....	13 - 17
8.2. SEM ASSUNTO.....	18 - 19

Posto do projeto "Reconhecer é Amar!" entra em funcionamento

A partir desta quarta-feira (18), os cidadãos maranhenses passaram a contar com mais uma iniciativa do Poder Judiciário em prol do reconhecimento de paternidade. Foi instalado, nessa terça-feira (17), no Fórum Des. Sarney Costa, em São Luís, um posto fixo do projeto "Reconhecer é Amar!", coordenado pela Corregedoria Geral da Justiça, com base no programa "Pai Presente" do Conselho Nacional de Justiça. "Reconhecer um filho é um ato de amor! Por isso, nós estamos assumindo esse compromisso com a sociedade, de facilitar o reconhecimento voluntário pelos pais e a indicação da paternidade pela mãe ou pelo filho maior de 18 anos", declarou o corregedor-geral da Justiça, desembargador Cleones Carvalho Cunha, durante a abertura do posto.



inauguração do posto

TJ vai instaurar processo disciplinar contra juiz de Dom Pedro

➤ O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), em sessão plenária administrativa ontem (18), decidiu instaurar processo administrativo disciplinar contra o juiz Thales Ribeiro de Andrade, da comarca de Dom Pedro. Por maioria de votos (11x10), prevaleceu o entendimento do relator do procedimento preliminar investigatório, desembargador Cleones Cunha, pela instauração, mas sem necessidade de afastamento do juiz. O procedimento teve origem numa reclamação feita em razão de supostas práticas de condutas inapropriadas por Andrade e morosidade em ação. A desembargadora Nelma Sarney, que havia pedido mais tempo para analisar os autos, votou pela instauração, mas não verificou motivos para o afastamento do juiz no momento, embora tenha dito que nada impede que a medida seja tomada no bojo do processo.

PROTEÇÃO À VIDA

Açailândia sediará seminário do Provita/MA

O município de Açailândia, distante 566 km de São Luís, será sede, na próxima quarta-feira (25), do seminário "O papel do Provita no enfrentamento à impunidade - 10 anos de proteção à vida", que reunirá participantes de diversos municípios da região tocantina: Açailândia, Amarante, Bom Jesus das Selvas, Buriticupu, Cidelândia, Davinópolis, Estreito, Imperatriz, Itinga, João Lisboa, São Francisco do Brejão, São Pedro da Água Branca, Senador La Roque e Vila Nova dos Martírios, além da capital São Luís.

"Açailândia e região compõem a área que mais apresenta demanda ao Provita no Maranhão. São vítimas e testemunhas que têm colaborado com a justiça, combatendo crimes ambientais, tráfico de drogas e pessoas, exploração sexual e trabalho escravo, entre outros. O Provita tem papel importante no combate à criminalidade e à impunidade e é importante que cada vez mais pessoas conheçam esta política pública e saibam como acessá-la", afirmou a psicóloga Nelma Pereira, coordenadora do Provita/MA.

O evento pretende ser um

momento de debate e reflexão sobre a política pública de proteção, tendo como público conselheiros do CONDEL, gestores estaduais e municipais de políticas públicas, entidades e órgãos públicos e sociedade civil interessada. Seu principal objetivo é debater os diversos problemas relacionados à criminalidade no Maranhão, apresentando o Provita como uma ferramenta de enfrentamento à impunidade no estado.

O seminário acontecerá no auditório da Igreja Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, localizada próximo à rodoviária, no Centro da cidade. Interessados em participar, devem entrar em contato com a SMDH - smdh@terra.com.br, (98) 3231-1601, 3231-1897. A promoção é da SEDIHC e SMDH.

Programação (painéis e mesas redondas são seguidos de debate)

Manhã - 9h: Mesa de Abertura (Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania, Conselho Deliberativo do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas do Maranhão, Defensoria Pública do Estado do Maranhão, Secretaria de Estado de Segurança Pública,

Procuradoria Geral de Justiça/ Ministério Público Estadual, Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão e Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República).

10h: Painel I - Contexto da Violação de Direitos Humanos no Maranhão

1º. expositor: Augusto Barros Neto, Superintendente de Investigações Criminais (ênfase em tráfico de drogas).

2º. expositor: Danilo Chamas, assessor jurídico da Rede Justiça nos Trilhos/Açailândia (ênfase em crimes ambientais).

3º. expositor: Antonio Filho, do Centro de Defesa da Vida de Açailândia (ênfase em trabalho escravo).

4º. expositor: Lúcio Lins Siqueira Ramos, Defensor Público da Comarca de Imperatriz (ênfase sobre tráfico de pessoas e exploração sexual de crianças e adolescentes).

Coordenadora: Maria Ribeiro da Conceição, Conselheira do CONDEL.

11h30min: Painel II - Sistema Nacional de Proteção a Vítimas e Testemunhas: Programa Federal de Assistência a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas, Provita, Programa Nacional de Proteção aos

Defensores de Direitos Humanos e Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte.

1ª. expositora: Luiza de Fátima Oliveira Amorim, Presidente do CONDEL/MA, Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania.

Expositores: representantes da SPDDH e PPCAAM.

Coordenadora: Nair Barbosa, coordenadora-adjunta do Provita/MA.

Tarde

14h30min: Mesa Redonda: O Provita - seu papel no enfrentamento à impunidade e na proteção à vida.

1º. expositor: Luís Antonio Câmara Pedrosa, Coordenador Nacional do Monitoramento do Provita, assessor jurídico da SMDH.

2º. expositor: Marcio Thadeu Silva Marques, Promotor de Justiça da Infância e Juventude da Capital/ Ministério Público Estadual.

Coordenador: Conselheiro do CONDEL/MA

17h30min: Campanha de Combate à Tortura - Debate sobre o enfrentamento à tortura no Maranhão.

Expositora: Cinthia Urbano, psicóloga da SMDH.

06

CIDADE

Posto do "Reconhecer é Amar!" inicia atividades



Desde ontem, quarta-feira (18), os cidadãos maranhenses passaram a contar com mais uma iniciativa do Poder Judiciário em prol do reconhecimento de paternidade.

Posto do "Reconhecer é Amar!" inicia atividades

Desde ontem, quarta-feira (18), os cidadãos maranhenses passaram a contar com mais uma iniciativa do Poder Judiciário em prol do reconhecimento de paternidade. Foi instalado, na última terça-feira (17), no Fórum Des. Sarney Costa, em São Luís, um posto fixo do projeto "Reconhecer é Amar!", coordenado pela Corregedoria Geral da Justiça, com base no programa "Pai Presente" do Conselho Nacional de Justiça.

"Reconhecer um filho é um ato de amor! Por isso, nós estamos assumindo esse compromisso com a sociedade, de facilitar o reconhecimento voluntário pelos pais e a indicação da paternidade pela mãe ou pelo filho maior de 18 anos", declarou o corregedor-geral da Justiça, desembargador Cleones Carvalho Cunha, durante a abertura do posto.

O evento contou com a presença da juíza-corregedora Alice Prazeres, da juíza auxiliar da capital à disposição da CGJ Teresa Mendes, do diretor do Fórum Des. Sarney Costa, juiz Sebastião Bonfim, dos juízes das Varas de Família - José de Ribamar Castro, Joseane Bezerra, Andréa Lago, Ângela Salazar, Antônio José Vieira Filho e Jesus Guanaré de Sousa Borges -, da juíza auxiliar da Presidência do TJMA, Francisca Galiza, da diretora-geral do TJMA, Sumaya Heluy, diretora-geral da CGJ, Socorro Sousa, e diversos servidores da CGJ e

do Fórum de São Luís.

Com o posto do "Reconhecer é Amar!", localizado na entrada do Fórum Des. Sarney Costa, no Calhau, o acesso às informações sobre o reconhecimento de paternidade fica mais fácil e a iniciativa voluntária do pai ou a indicação da paternidade pela mãe ou filho maior de 18 anos passa a ter prioridade, com atendimento exclusivo. Dois servidores foram capacitados para atender a população interessada e folders explicativos estão sendo distribuídos.

Procedimentos - Pelo projeto "Reconhecer é Amar!", o pai que sabe que é pai e o seu filho não tem o nome do pai na certidão de nascimento, pode procurar o posto do "Reconhecer é Amar" no Fórum de São, com documentos pessoais e a certidão de nascimento do filho que será reconhecido. Se o filho for maior de 18 anos, ele deve concordar com o reconhecimento.

Com a manifestação do reconhecimento voluntário e confirmação da documentação será feito o Termo de Reconhecimento do Filho. O Termo é enviado pela equipe do projeto ao cartório onde o filho foi registrado, onde será feita a averbação da paternidade no registro de nascimento e a emissão da nova certidão, que será enviada pela CGJ ao filho reconhecido.

Já a mãe que queira indicar a paternidade de seu filho, pode procurar o pos-

to do "Reconhecer é Amar" no Fórum de São Luís, também com documentos pessoais, a Certidão de Nascimento do filho a ser reconhecido e as informações pessoais do suposto pai - nome, endereço e, se possível, outros dados. Com a confirmação da documentação será preenchido o Termo de Indicação de Paternidade. O Termo de Indicação será encaminhado pelo cartório a um juiz competente, que fará a notificação do suposto pai. Ele tem 30 dias para se manifestar acerca da paternidade.

Se o pai reconhecer, ele assinará o Termo de Reconhecimento do Filho, que será enviado ao cartório para averbação do registro de nascimento e emissão de nova certidão. Caso o suposto pai não reconheça a paternidade ou não se manifestar, o juiz remeterá o caso ao Ministério Público, para que seja ajuizada Ação de Investigação de Paternidade.

No caso da pessoa maior de 18 anos, que sabe quem é o seu pai e quer ter essa paternidade reconhecida, basta procurar o posto do projeto no Fórum de São Luís, com seus documentos pessoais, incluindo a Certidão de Nascimento, e as informações pessoais do seu suposto pai. O filho preenche o Termo de Indicação de Paternidade e o trâmite segue, como no caso da indicação feita pela mãe.

Quando o pai não se manifesta voluntariamente e em audiência com o juiz ele nega



Pais que quiserem reconhecer voluntariamente a paternidade do seu filho já podem ir ao posto no fórum de São Luís.

a paternidade, o juiz proporá a realização do teste de DNA. Esse teste é feito no próprio Fórum Des. Sarney Costa, onde há o Laboratório Forense de Biologia Molecular.

Engajamento - Durante a abertura do posto, na tarde de terça-feira (17), o corregedor-geral da Justiça, des. Cleones Carvalho Cunha, conclamou, principalmente, os juízes das Varas de Família a se engajarem no projeto. "Queremos que os juízes também assumam esse compromisso social, se empenhando para que os bons resultados que já temos conseguido no interior do Estado, se repita em São Luís", frisou.

A participação dos juízes no projeto "Reconhecer é Amar!" é fundamental. A juíza Joseane Bezerra, por exemplo, que responde pela 3ª Vara da Família, será a responsável por todas as notificações de supostos pais que forem indicados por mães ou filhos maiores de 18 anos.

"Estamos todos empenhados no reconhecimento de paternidade de tantas crianças no que vivem Maranhão e no Brasil inteiro. Nosso interesse é justamente possibilitar esse reconhecimento e que os pais possam entender que é um di-

reito e uma necessidade dessas crianças terem o nome do pai em seu registro de nascimento", afirmou a magistrada.

Para a também juíza da Família, Ângela Salazar, da 5ª Vara, o projeto só tem a somar os esforços do Poder Judiciário em assegurar os direitos dos cidadãos. "É muito importante a implantação desse projeto pelo Poder Judiciário do Maranhão porque vai se resgatar a paternidade de muitas crianças que têm o seu pai desconhecido. A gente vai conscientizar a sociedade, vai sensibilizar os pais através de campanhas, palestras em escolas, associações de bairros, a virem ao fórum fazer esse reconhecimento. Exercitar o que chamamos de paternidade responsável", destacou a magistrada.

Envolver outras esferas da sociedade no projeto é uma das orientações do corregedor-geral Cleones Cunha. "Lançamos esse posto, mas o trabalho vai além. Vamos às escolas, vamos chamar os conselhos tutelares e outras instituições que possam somar nesse trabalho e reduzir o alto índice de crianças e adolescentes sem o nome do pai na certidão de nascimento", assegurou o desembargador-corregedor.

PMS acusados da morte de Ivanildo vão ser julgados

Sessão do júri será na terça-feira, no fórum de Imperatriz; crime ocorreu em 2008

IMPERATRIZ - Está marcado para a terça-feira, 24, o julgamento dos ex-policiais militares Smailly Araújo Carvalho da Silva e Antônio Ribeiro Abreu, acusados de sequestrar, matar e ocultar o cadáver do estudante Ivanildo Paiva Júnior. O crime aconteceu no dia 13 de setembro de 2008, na cidade de Imperatriz. O corpo do estudante só foi achado oito dias depois, enterrado em uma cova rasa na Estrada do Arroz, com uma perfuração de bala na nuca. O julgamento dos policiais será promovido pela 2ª Vara Criminal de Imperatriz.

Consta no processo que o estudante desapareceu na madrugada do dia 13 de setembro de 2008, depois de sair de uma festa. As últimas imagens do jovem em vida foram registradas por uma câmera de vigilância de uma empresa localizada no centro da cidade. O estudante teria sido abordado pelos policiais e colocado no porta-malas de um veículo. Oito dias depois, foi encontrado enterrado em uma cova rasa na Estrada do Arroz, com uma perfuração de bala na nuca.

Segundo a promotoria, o julgamento demorou a ser marcado por causa de uma série de recursos impetrados pelos advogados de defesa. Os ex-policiais militares foram indiciados por sequestro, cárcere privado, homicí-



Antônio Abreu e Smailly Araújo, indiciados pela morte do estudante

dio e ocultação de cadáver.

Na ocasião, as investigações da polícia também chegaram ao segurança Claudinor Ferreira dos Santos, o *Claudininho*, amigo do ex-policial Smailly Araújo. Ele teria dado apoio logístico para o crime e por isso foi julgado e condenado a 16 anos de prisão. A Justiça entendeu que ele sabia do crime, acompanhou o sofrimento da vítima e não comunicou o fato à polícia.

Outros - O julgamento dos ex-policiais militares faz parte de uma série de três sessões do Tribunal do Júri de Imperatriz que terão início hoje. Os júris serão presididos pela juíza Suely de Oliveira Feitosa.

Na sessão de hoje serão julgados Raimundo Pereira da Silva, de 35 anos, e Luís Carlos Freitas dos Santos, de 39 anos. O primeiro é acusado de tentativa de homicídio contra as vítimas Cleilson Saraiva de Almeida, lavador de car-

ros, e Ramon Rodrigo Silva Ribeiro, pintor, ambos com 27 anos. Contra Luís Carlos pesa a acusação de ter dado fuga a Raimundo.

Segundo o processo, no dia 29 de junho de 2008, por volta de 1h50, em um clube localizado no bairro Vila João Castelo (Imperatriz), Raimundo Pereira, que trabalhava como segurança do estabelecimento, teria discutido com Ramon. Ele sacou o revólver calibre 38 que portava e atirou. Um dos disparos teria atingido Cleilson, que também se encontrava no local. Após o ocorrido, Luís Carlos, que seria o dono do equipamento de som utilizado no clube, teria dado fuga a Raimundo.

Depois do julgamento de Smailly Araújo e Antônio Abreu, marcado para o dia 23, acontecerá o de José Soares de Sousa, de 43 anos, que será realizado no dia 26. Ele responde pela acusação de homicídio contra Carlos Antônio Rodrigues, de 34 anos.

Arquivo

Número de autorizações de viagens para menores aumentou 70% este mês

Venda de pacotes de viagem incluindo crianças teve aumento de 40%

Neste mês, é grande o número de pacotes de viagens que incluem crianças e adolescentes. De acordo com agências de viagem, o aumento é de cerca de 40%. No período de férias, o Juizado da Infância e Juventude de São Luís realiza operações para intensificar fiscalizações com o objetivo de evitar transgressões ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que prevê que nenhuma criança poderá viajar para fora do lugar onde reside desacompanhada dos pais ou responsáveis. De junho até ontem, foram registradas 492 autorizações de viagem, caracterizando um aumento superior a 70%.

Segundo o coordenador do setor de Proteção à Criança e ao Adolescente da 1ª Vara da Infância e Juventude, Luís Sérgio Duarte, o juizado registrou, de janeiro à primeira quinzena de junho deste ano, 633 emissões de autorizações; e só da metade de junho até ontem, o registro foi de 492 autorizações.

Ele reforçou que a criança deve, em todo caso, estar munida de documento original ou autenticado em cartório. "Em geral, as crianças necessitam somente da Certidão de Nascimento para que possam viajar. Somente quando estiverem desacompanhadas dos pais e responsáveis, e, com terceiros, precisam da autorização firmada em cartório", frisou.

Parentes e responsáveis também procuram se informar quanto procedimentos para viajar dentro da lei. Marília da Costa, de 52 anos, foi ao Juizado da Infância e Juventude, no centro de São Luís, para se informar como viajar com a neta de 4 anos. "Vou para Imperatriz sem os pais dela, então vim saber como proceder", disse.

Os donos de vans que fazem viagens da capital para o interior também demonstram preocupação com o transporte de crianças, pois eles não permitem que nenhuma viaje sem que os responsáveis apresentem a Certidão de Nascimento original. "Não fazemos transporte de crianças sem documento", frisam.

As diferenças nos processos de

Mais

Com base no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), considera-se criança a pessoas com até 12 anos incompletos, e adolescente aquela entre 12 e 18 anos incompletos (Lei nº 8.069). O Juizado da Infância e Juventude também frisa que qualquer adolescente pode viajar em território nacional apenas munido do documento original da identidade.

autorização para casos de viagens nacionais e internacionais também mudam. Consideradas mais burocráticas e complexas, viagens internacionais requerem mais procedimentos, como emissão de

passaporte, visto, além da autorização. Ainda assim os pais consideram que todo esse processo é importante para garantir a segurança da criança. "Apesar de as exigências serem muitas, é uma segurança a mais para os filhos e uma tranquilidade maior para nós, pais", comentou um pai.

Fiscalização - De acordo com o coordenador de Proteção à Criança e ao Adolescente, Luís Sérgio, quatro postos ficam continuamente atendendo a população, no Aeroporto de São Luís, no Terminal Rodoviário, na ferrovia e no Terminal de Ferry-Boat. No período de férias, operações são montadas pelo Juizado da Infância e Juventude especificamente para coibir violações em viagens com crianças.

Ainda de acordo com o coordenador de Proteção à Criança e ao Adolescente, as maiores ocorrências nas fiscalizações são de pessoas que viajam com crianças sem a Certidão de Nascimento original ou autenticada em cartório. "Nesses casos, fazemos uma notificação, e, caso a pessoa não comprove o parentesco, será feito um auto de infração", ressaltou Luís Sérgio Duarte.

Na operação deflagrada pelo juizado no dia 23 junho, foram realizadas, segundo o coordenador, 33 notificações e destas, 15 geraram auto de infrações. As multas para transgressões à lei vão de três a 20 salários mínimos. .

TJ divulga folha de pagamento

O cumprindo um dispositivo da Lei de Informação o Tribunal de Justiça do Maranhão divulgou no portal do TJ na internet, a relação de funcionários e a folha de pagamento de cada mês. Observa-se, que tem gente ganhando muito e outros muito menos...veja lá e tire suas conclusões!

✓ Vence nesta sexta - feira o prazo para os presidentes de tribunais de Justiça inscreverem as capitais dos seus estados à sede do encontro de magistrados, realizado em novembro, no Nordeste.

2 O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Antônio Guerreiro Júnior, manteve encontro com o presidente do Supremo Tribunal Federal, Ayres Britto, ontem, em Brasília. Informou-o de ter sido a primeira corte estadual, no país, a publicar na internet a lista dos funcionários com o salário e demais gratificações. "A repercussão foi a melhor possível", avaliou um assessor de Guerreiro.

Dom Pedro

TJ vai instaurar processo disciplinar contra juiz

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), em sessão plenária administrativa nesta quarta-feira (18), decidiu instaurar processo administrativo disciplinar contra o juiz Thales Ribeiro de Andrade, da comarca de Dom Pedro. Por maioria de votos (11x10), prevaleceu o entendimento do relator do procedimento preliminar investigatório, desembargador Cleones Cunha, pela instauração, mas sem necessidade de afastamento do juiz.

O procedimento teve origem numa reclamação feita em razão de supostas práticas de condutas inapropriadas por Andrade e morosidade em ação. A desembargadora Nelma Samey, que havia pedido mais tempo para analisar os autos, votou pela instauração, mas não verificou motivos para o afastamento do juiz no momento, embora tenha dito que nada impede que a medida seja tomada no bojo do processo.

No mesmo sentido votaram, em seguida, os desembargadores Marcelo Carvalho Silva, Lourival Serejo e Froz Sobrinho. O desembargador Kleber Carvalho modificou seu voto e também optou pelo não afastamento do magistrado. Após o anúncio da decisão desta quarta, o desembargador Stélio Muniz foi sorteado para ser o relator do processo administrativo disciplinar.

Inspeção – Depois de analisar a reclamação inici-

al, o então corregedor-geral da Justiça, desembargador Guerreiro Júnior (atual presidente do TJMA), determinou a instauração do processo preliminar investigatório. O atual corregedor-geral, Cleones Cunha, designou para presidir a sindicância a juíza Isabella Lago, que decidiu fazer inspeção na comarca, por considerar insuficientes as informações e documentos apresentados pelo juiz para afastar a ocorrência dos fatos.

A inspeção feita no dia 9 de abril deste ano não comprovou as alegações do reclamante, de realização de audiência por estranho ao quadro do Judiciário e de suposta manutenção de sala, mas a juíza disse que Andrade não compareceu ao fórum naquela segunda-feira, data em que diz ter constado na ata a realização de audiência de instrução e julgamento.

Defesa - A defesa do magistrado sustentou que a audiência teria sido de conciliação, quando não é necessária a presença de juiz togado, e que a inspeção teria se baseado em uma única segunda-feira, à qual o juiz não teria comparecido por motivos particulares, enquanto inúmeras audiências teriam sido constatadas em outras segundas. Acrescentou que Andrade estaria na comarca no dia da inspeção e que os outros fatos alegados não foram constatados na investigação inicial.

ZÉ DOCA

Câmara do TJ reduz multa e amplia prazo para Caema fornecer água

A 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça decidiu, por unanimidade, reduzir a multa aplicada à Companhia de Saneamento Ambiental (Caema) em decisão judicial de 1º grau, e ampliar o prazo para que a empresa restabeleça a normalidade no abastecimento de água na cidade de Zé Doca.

A decisão ocorreu durante o julgamento do recurso de agravo de instrumento contra ordem judicial da 2ª Vara da comarca de Zé Doca, que determinou à companhia a realização de obras e reparos necessários ao restabelecimento da normalidade do abastecimento d'água, em 72 horas, nos bairros Vila do Bec, centro e Habitar Brasil, fixando multa diária de R\$ 10 mil por descumprimento da medida.

O Ministério Público estadual, em parecer do procurador de Justiça, Francisco das Chagas Barros, opinou pelo provimento parcial do recurso, com a fixação do prazo para conclusão dos serviços em 120 dias.

Em seu voto, o relator do processo, desembargador Velten Pereira, considerou que o abastecimento d'água tem natureza essencial, devendo ser prestado de forma adequada, eficiente, segura e contínua. Ele ressaltou que, embora a lei (nº 8.987/95) não considere descontinuidade do serviço a interrupção com aviso prévio, por razões de segurança ou de ordem técnica, a falta ou irregularidade do serviço por longo período acarreta a obrigação da concessionária de restabelecer o fornecimento.



Antônio e Smailly sentam no banco dos réus dia 24

IMPERATRIZ

PMs acusados pela morte de estudante vão ser julgados

A partir de hoje (19), três júris promovidos pela 2ª Vara Criminal de Imperatriz movimentam a comarca. Presididos pela titular da unidade, juíza Suely de Oliveira Feitosa, os julgamentos, que fazem parte da 2ª Reunião do Tribunal de Júri da Vara, acontecem no Salão de Júri do fórum, sempre a partir das 8h. **PÁGINA 8**

IMPERATRIZ

Policiais militares acusados pela morte de estudante vão ser julgados

A partir de hoje (19), três júris promovidos pela 2ª Vara Criminal de Imperatriz movimentam a comarca. Presididos pela titular da unidade, juíza Suely de Oliveira Feitosa, os julgamentos, que fazem parte da 2ª Reunião do Tribunal de Júri da Vara, acontecem no Salão de Júri do fórum, sempre a partir das 8h. Entre os réus que irão a julgamento, os policiais militares Smailly Araújo Carvalho da Silva e Antônio Ribeiro Abreu, acusados de sequestro, homicídio e ocultação do cadáver do estudante Ivanildo Paiva Barbosa Júnior, 19 anos, crime ocorrido em 2008.

Raimundo Pereira da Silva, 35 anos, estivador, e Luís Carlos Freitas dos Santos, o "Galetinho", 39 anos, pedreiro, são os réus do júri desta quinta-feira (19). O primeiro é acusado de tentativa de homicídio contra as vítimas Cleilson Saraiva de Almeida, lavador de carros, e Ramon Rodrigo Silva Ribeiro, pintor, ambos com 27 anos. Contra Luís Carlos pesa a acusação de ter dado fuga a Raimundo.

Segundo o processo, no dia 29 de junho de 2008, por volta de 1h50, em um clube localizado no bairro Vila João Castelo (Imperatriz), Raimundo, que trabalhava como segurança do estabelecimento, teria discutido



Antônio Abreu e Smailly Araújo sentam no banco dos réus dia 24

com Ramon, após o que sacou do revólver 38 que portava, atirando. Um dos disparos teria atingido Cleilson, que também se encontrava no local. Após o ocorrido, Luís Carlos, que seria o dono do equipamento de som utilizado no clube, teria dado fuga a Raimundo.

Raimundo foi intimado pessoalmente do julgamento, enquanto que a intimação de Luís Carlos foi feita via edital, uma vez que o acusado não foi localizado

em seu endereço.

Policiais – No dia 24, o júri dos policiais Smailly Araújo e Antônio Abreu promete atrair um grande público ao fórum de Imperatriz. Segundo a juíza Suely Feitosa, devido à expectativa em torno do julgamento dos acusados de sequestrar, matar e ocultar o cadáver de Ivanildo Paiva Júnior, foi solicitado reforço policial para a ocasião. "Estamos ultimando os preparativos para o júri", assegura a magistrada.

Consta dos autos que o estudante desapareceu na madrugada do dia 13 de setembro de 2008, depois de sair de uma festa, quando teria sido abordado pelos policiais e colocado no porta-malas do carro. O corpo do estudante foi encontrado oito dias depois, enterrado em uma cova rasa na Estrada do Arroz (Imperatriz) com uma perfuração de bala na nuca.

Em depoimento, outro acusado do crime, o pagodeiro Claudiomar Pereira dos Santos, o "Claudinho", garantiu ter presenciado o momento em que o estudante foi espancado e depois morto pelos policiais.

Caludiomar foi julgado em 2009 e encontra-se preso na CCPJ de Imperatriz.

Faca – No júri do dia 26, José Soares de Sousa, 43 anos, responde pela acusação de homicídio contra Carlos Antônio Rodrigues, 34 anos.

De acordo com a denúncia, o crime teria ocorrido em 13 de julho de 2006, por volta das 20h30, em frente à casa do réu, para onde a vítima teria ido, armada de faca, com o intuito declarado de matar José. Na ocasião, o acusado teria se armado com uma faca e um revólver, passando a desferir na vítima golpes de faca, após o que atirou contra Carlos Antônio, matando-o.

Tribunal de Justiça vai instaurar processo disciplinar contra juiz de Dom Pedro

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), em sessão plenária administrativa ontem (18), decidiu instaurar processo administrativo disciplinar contra o juiz Thales Ribeiro de Andrade, da comarca de Dom Pedro. Por maioria de votos (11x10), prevaleceu o entendimento do relator do procedimento preliminar investigatório, desembargador Cleones Cunha, pela instauração, mas sem necessidade de afastamento do juiz.

O procedimento teve origem numa reclamação feita em razão de supostas práticas de condutas inapropriadas por Andrade e morosidade em ação. A desembargadora Nelma Sarney, que havia pedido mais tempo para analisar os autos, votou pela instauração, mas não verificou motivos para o afastamento do juiz no momento, embora tenha dito que nada impede que a medida seja tomada no bojo do processo.

No mesmo sentido votaram, em seguida, os desembargadores Marcelo Carvalho Silva, Lourival

Serejo e Froz Sobrinho. O desembargador Kleber Carvalho modificou seu voto e também optou pelo não afastamento do magistrado. Após o anúncio da decisão desta quarta, o desembargador Stélio Muniz foi sorteado para ser o relator do processo administrativo disciplinar.

Inspeção – Depois de analisar a reclamação inicial, o então corregedor-geral da Justiça, desembargador Guerreiro Júnior (atual presidente do TJMA), determinou a instauração do processo preliminar investigatório. O atual corregedor-geral, Cleones Cunha, designou para presidir a sindicância a juíza Isabella Lago, que decidiu fazer inspeção na comarca, por considerar insuficientes as informações e documentos apresentados pelo juiz para afastar a ocorrência dos fatos.

A inspeção feita no dia 9 de abril deste ano não comprovou as alegações do reclamante, de realização de audiência por estranho ao quadro do Judiciário e de suposta

manutenção de sala, mas a juíza disse que Andrade não compareceu ao fórum naquela segunda-feira, data em que diz ter constado na ata a realização de audiência de instrução e julgamento.

Defesa – A defesa do magistrado sustentou que a audiência teria sido de conciliação, quando não é necessária a presença de juiz togado, e que a inspeção teria se baseado em uma única segunda-feira, à qual o juiz não teria comparecido por motivos particulares, enquanto inúmeras audiências teriam sido constatadas em outras segundas. Acrescentou que Andrade estaria na comarca no dia da inspeção e que os outros fatos alegados não foram constatados na investigação inicial.

Em seu voto, pela instauração do processo, sem afastamento, Cleones Cunha disse constar, na ata do dia 9, a realização de audiência de instrução e julgamento. O desembargador Jamil Gedeon abriu voto divergente, pela instauração, com afastamento do juiz.

■ Julgamentos e demandas

A demanda processual no Tribunal de Justiça, no primeiro semestre de 2012, foi superior em cerca de 30% aos meses de janeiro a junho de 2011. No entanto, cresceu em torno de 15% o volume de processos julgados, em comparação com o mesmo período.

Os dados são da Divisão de Dados Estatísticos do TJ e foram obtidos com base nos números da demanda processual e dos julgamentos dos órgãos da Justiça de 2º grau – Pleno e câmaras cíveis e criminais.

Tanto no primeiro semestre de 2011 quanto no primeiro semestre de 2012, o Tribunal julgou mais processos do que foi distribuído. De janeiro a junho do ano passado foram distribuídos 6.856 casos novos e julgados 7.944.

Posto do projeto “Reconhecer é Amar!” entra em funcionamento

Desde ontem (18), os cidadãos maranhenses passaram a contar com mais uma iniciativa do Poder Judiciário em prol do reconhecimento de paternidade. Foi instalado, na terça-feira (17), no Fórum Des. Sarney Costa, em São Luís, um posto fixo do projeto “Reconhecer é Amar!”, coordenado pela Corregedoria Geral da Justiça, com base no programa “Pai Presente” do Conselho Nacional de Justiça.

“Reconhecer um filho é um ato de amor! Por isso, nós estamos assumindo esse compromisso com a sociedade, de facilitar o reconhecimento voluntário pelos pais e a indicação da paternidade pela mãe ou pelo filho maior de 18 anos”, declarou o corregedor-geral da Justiça, desembargador Cleones Carvalho Cunha, durante a abertura do posto.

O evento contou com a presença da juíza-corregedora Alice Prazeres, da juíza auxiliar da capital à disposição da CGJ Teresa Mendes, do diretor do Fórum Des. Sarney Costa, juiz Sebastião Bonfim, dos juízes das Varas de Família – José de Ribamar Castro, Joseane Bezerra, Andréa Lago, Ângela Salazar, Antônio José Vieira Filho e Jesus Guanaré de Sousa Borges –, da juíza auxiliar da Presidência do TJMA, Francisca Galiza, da diretora-geral do TJMA, Sumaya Heluy, diretora-geral da CGJ, Socorro Sousa, e diversos servidores da CGJ e do Fórum de São Luís.

Com o posto do “Reconhecer é Amar!”, localizado na entrada do Fórum Des. Sarney Costa, no Calhau, o acesso às informações sobre o reconhecimento de paternidade fica mais fácil e a iniciativa voluntária do pai ou a indicação da paternidade pela mãe ou filho maior de 18 anos passa a ter prioridade, com atendimento exclusivo. Dois servidores foram capacitados para atender a população interessada e folders explicativos estão sendo distribuídos.

❖❖ Até a data a ser posteriormente informada, o 1º Juizado Especial Criminal está funcionando provisoriamente no 3º andar do novo prédio do Fórum Des. Sarney Costa, no Calhau.

❖❖ Segundo o titular da unidade, juiz Lucas da Costa Ribeiro Neto, a mudança se deve às adaptações que serão feitas no prédio antigo na ala que irá abrigar o Juizado. Tramitam atualmente no Juizado 623 processos.